

Contracolonialismo digital como método psicanalítico: conversações, escrevivências e mídias populares

*Mariana Mollica*¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Fábio Santos Bispo*²

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo discute o enfrentamento da necropolítica e do colonialismo digital a partir de um uso contracolonial das mídias populares. Apresentamos a experiência do Portal Favelas na construção de uma rede de comunicação popular como forma de se contrapor à violência de Estado. Articulamos a noção de testemunho com uma leitura psicanalítica de políticas de reparação, tecendo uma proposta metodológica que utiliza conversações psicanalíticas e escrevivências como forma de amplificar vozes silenciadas e transmitir experiências insurgentes através de mídias comunitárias.

Palavras-chave: comunicação popular; colonialismo digital; Psicanálise; conversações; escrevivências.

MOLLIKA, Mariana; BISPO, Fábio Santos. **Contracolonialismo digital como método psicanalítico: conversações, escrevivências e mídias populares.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (24): 291-308, setembro a dezembro de 2023. ISSN: 2358-5587

¹ Pós-doutoranda Sênior da FAPERJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ.

² Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Digital counter-colonialism as a psychoanalytic method: conversations, *escrevivências* and popular media

Abstract: This article discusses the confrontation of necropolitics and digital colonialism from a counter-colonial use of popular media. We introduce the experience of Portal Favelas in the building of a popular communication network as a way to oppose to the state violence. We articulate the notion of testimony with a psychoanalytical reading of reparation policies, creating a methodological proposal that uses psychoanalytical conversations and *escrevivências* as a way to amplify silenced voices and convey insurgent experiences through community media.

Keywords: popular communication; digital colonialism; Psychoanalysis; conversations; *escrevivências*.

Contracolonialismo digital como método psicoanalítico: conversaciones, *escrevivências* y medios populares

Resumen: Este artículo aborda la confrontación de la necropolítica y del colonialismo digital desde un uso contracolonial de los medios populares. Presentamos la experiencia de Portal Favelas en la construcción de una red de comunicación popular como forma de oposición a la violencia estatal. Articulamos la noción de testimonio con una lectura psicoanalítica de las políticas de reparación, tejiendo una propuesta metodológica que utiliza conversaciones psicoanalíticas y *escrevivências* como una vía para amplificar voces silenciadas y transmitir experiencias insurgentes a través de medios comunitarios.

Palabras clave: comunicación popular; colonialismo digital; Psicoanálisis; conversaciones; *escrevivências*.

É preciso ressaltar um paradoxo colocado para a prática psicanalítica no enfrentamento do racismo: o denominado giro decolonial, proposto pelos autores latino-americanos de estudos subalternos (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007), destaca que o racismo não pode ser enfrentado apenas no plano de uma singularidade definida como a experiência de cada um. Por outro lado, uma transformação somente epistêmica ou de conscientização política, mesmo que se experimente coletivamente, não tem como interferir no real em jogo das relações de opressão, já que a problemática não se dá ao nível da razão e da consciência de si. O atravessamento desse paradoxo requer a incidência sobre os modos singulares de gozo e não pode prescindir de dispositivos que operem no plano coletivo, para além da conscientização, a ponto de produzir uma mobilização de afetos que venha a repercutir no laço social. Como intervir no plano coletivo dos afetos operando com a radicalidade da experiência singular? Essa dupla perspectiva se mostra crucial, sobretudo no contexto urbano brasileiro, no qual o racismo utiliza, além de mecanismos simbólicos de exclusão e subalternidade, fortes dispositivos públicos e privados de produção de morte violenta nas periferias, sustentados por uma cadeia de veículos midiáticos que justificam o extermínio.

Milton Santos (2008) propõe que, ao lado do fenômeno da globalização econômica, tomada como perversidade, está a globalização sustentada no plano da propaganda em massa empreendida pelos veículos de comunicação. Esses dispositivos reafirmam a exploração dos trabalhadores pelo capital através da criação de fábulas ou fantasias que são veiculadas para sustentar a perversidade, reforçando a alienação quanto à objetificação das minorias, de seus corpos e de seu trabalho. A saída, segundo o autor, seria a tomada das novas tecnologias de comunicação por parte das populações oprimidas, permitindo outro tipo de laço. É necessário articular as diversas culturas por meio da transmissão de afetos e das soluções construídas por cada um dos povos a outros países e territórios excluídos dos objetivos do mercado. Sua orientação dialoga concretamente com a proposta de Frantz Fanon (1952: 25): “Uma solução deve ser apresentada tanto no nível objetivo quanto no subjetivo”. Mas como fazer isso no contexto periférico brasileiro?

Propomos a aposta em modos de enlaçar subjetividade e laço social através de dispositivos que articulam as favelas e periferias com a psicanálise, a universidade, as políticas públicas e a mídia. Essa articulação poderia produzir um aprofundamento do trabalho de decolonização do saber e das instituições, que já vem sendo buscado e instigado pelos movimentos sociais. Temos pensado na potência da sublimação, possibilitada pelo trabalho coletivo, não apenas por meio da arte, mas do trabalho social que envolve a cultura popular e a produção de enfrentamentos contra-narrativos. Por ser um outro destino da pulsão, diferente do recalque e dos destinos perversos de satisfação consumista, a sublimação envolve tam-

bém um tratamento do gozo, operando um corte nos círculos infernais de repetição da violência e da dominação³. A condição para sua efetivação está na transformação que produz no Outro social e, neste caso, como forma de tratamento do mal-estar colonial, através da criação de novas relações com os objetos e discursos. As mídias populares, através da produção de notícias online, programas de TV digital, podcasts, debates no Instagram, entre outras conexões em rede mostram-se como espaços múltiplos de redefinição dos discursos e afetos.

Este artigo se propõe a relatar a experiência do Portal Favelas, em parceria com o coletivo Ocupação Psicanalítica, para a consolidação de uma rede de comunicação popular e inovação digital, com o objetivo de proteger as populações atingidas pela violência de Estado, protagonizada pelos próprios sujeitos que habitam os territórios conflagrados. Apresentaremos o projeto de forma breve e, na sequência, discutimos os fundamentos teóricos que sustentam o caráter racista da incidência da violência, sua relação com o colonialismo digital, bem como as possibilidades de utilização das ferramentas tecnológicas de comunicação para operar um contracolonialismo. Discutimos a importância da noção de testemunho, que marca um movimento pioneiro de inserção da psicanálise em políticas de reparação e enfrentamento da violência, e descrevemos nossa proposta metodológica a partir da comunicação popular, evocando a inspiração política das conversações e das escrevivências.

É preciso retomar a importância do movimento artístico presente na diáspora africana, com sua força cultural e de transmissão ancestral, que resgata vozes e saberes silenciados pela colonização. Através da intervenção sobre a dimensão racial inconsciente da violência, denegada historicamente, o projeto visa escutar e fazer escutar em três sentidos: 1) amplificar, para a cidade, a voz daqueles que estão ameaçados pela violência; 2) qualificar a escuta na formação de estudantes de psicologia para uma clínica antirracista; e 3) intervir no pacto da branquitude e da indiferença institucional e social frente à necropolítica.

O projeto teve origem na articulação com movimentos negros e de favela, além daqueles ligados à luta pela terra, no estado do Rio de Janeiro, e passou a contemplar também um trabalho com os movimentos indígenas no Rio e na Bahia, no sentido da construção de uma saída coletiva diante do apagamento secular das vidas e histórias, reiterado nas violências estatais e midiáticas. Desdobrou-se no desenvolvimento de modos de registrar a violência de Estado através da mídia popular, iniciativa dos próprios moradores, com participação de comunicadores, jornalistas das comunidades e psicanalistas. A partir de uma pesquisa-intervenção desenvolvida desde 2018 no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), propusemos, junto a alunos da graduação e da pós-graduação, uma articulação com o coletivo Ocupação Psicanalítica⁴.

Visando ampliar a escuta da versão dos moradores sobre o que lhes acontece, reconhecendo-os como protagonistas de sua narrativa através do seu modo de dizer – por meio de matérias escritas, *lives*, vídeos e expressões culturais – um

³ A noção lacaniana de gozo (LACAN, 1985) é pertinente para nossa análise porque ela circunscreve, simultaneamente, o modo como cada um obtém prazer e desprazer, satisfação e insatisfação com seu corpo e com a fixação em diversos objetos, e o modo como o laço social delimita, organiza, ordena, legitima ou exclui determinados modos de satisfação.

⁴ Trata-se de um coletivo que atua em Minas Gerais, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e na Bahia, composto, em sua maioria, por estudantes e psicanalistas negras e negros, que atuam na construção de espaços de acolhimento e escuta da população negra e na produção e transmissão de saberes e práticas clínicas antirracistas.

dos objetivos do projeto é servir como um sistema de proteção contra a força bruta do Estado nas comunidades, já que os policiais e outros agentes são filmados e fotografados em suas ações de violação de direitos. Trata-se de um trabalho de enfrentamento bastante delicado, por vezes perigoso, que desperta medo, resistências e rivalidades subjetivas. Esses afetos, que atravessam muitas vezes a própria construção das atividades – podendo trazer bloqueios que impedem a repercussão das vozes silenciadas –, são acolhidos e trabalhados pelas/os psicanalistas e estudantes do Projeto de pesquisa e extensão. Além de produzir seu próprio conteúdo e repercutir outras mídias populares, o Portal Favelas amplia seu público com a parceria da imprensa livre, de alcance nacional, tais como Brasil 247, GGN e TVT, entre outras, além de fornecer conteúdo jornalístico sobre os fatos cotidianos das favelas cariocas para veículos da imprensa hegemônica nacional e internacional.

Como uma parte fundamental deste trabalho implica uma construção narrativa das experiências, encontramos nas escrevivências uma via de construção política e metodológica. As escrevivências de Conceição Evaristo (2020), proposta literária com forte interlocução com o feminismo negro e a perspectiva interseccional, tem inspirado novas metodologias de escrita e pesquisa em algumas áreas. São modos de experimentar a ruptura do silenciamento histórico, principalmente de mulheres negras, que vêm sendo articuladas inclusive com práticas de uma psicanálise implicada (RIBEIRO, 2022; RIBEIRO, MOLLICA e CELEN, 2023). Na prática das escrevivências, o ouvinte dos relatos ou leitor dessa escrita pode testemunhar as manifestações do inconsciente, um meio de transmitir múltiplas vozes que não puderam se inscrever e que agora permite vocalizar e visibilizar aquilo que foi calado por tantas e tantas gerações. Uma escrita que não silencia é justamente a orientação que permite enfrentar a reiteração cotidiana das políticas de morte: “Nossos mortos têm voz”, ressoa as letras do grafite espalhadas pelos muros da cidade, transformadas em outra mídia, em um documentário construído a partir das narrativas de mães da baixada fluminense. “Nossos passos vêm de longe”, multiplicam-se *hashtags* que viralizam nas redes, retomando a construção ancestral de muitos movimentos de mulheres negras. Junto com psicanalistas negras do Ocupação, tentamos construir uma prática das escrevivências que seja experimentada e transmitida pelas vozes periféricas que não querem mais ser objeto das políticas de extermínio. Essa aposta que utiliza a escuta, a escrita e a voz em múltiplas mídias é o que constitui a parceria do Ocupação Psicanalítica com o Portal Favelas.

Colonialismo digital e possibilidades de resistência

De acordo com Achille Mbembe (2021), entramos na era do brutalismo, que tem como principal característica um projeto de dominação universal no qual a tecnologia deixa de ser uma ferramenta ou um meio e passa a advir como verbo e carne, uma espécie de metafísica tecnológica que permite, em escala planetária, acompanhar a morte em massa e, ao mesmo tempo, escamoteá-la. O autor considera uma inseparabilidade entre homem e máquina, uma fusão do corpo vivo com o corpo tecnológico. O smartphone funciona, nesse sentido, como uma prótese: passou a compor definitiva e necessariamente uma nova forma de estar no mundo e de participar dele. Sem celular, sem mundo. Se o primeiro eixo é o corpo-máquina, o segundo eixo do brutalismo é o corpo-dejeto, no sentido de que

a dimensão humana do corpo passa a ser gerida como um elemento a ser descartado. Essa estrutura, segundo o autor camaronês, é a atualização da empresa escravocrata na era contemporânea.

Deivison Faustino e Walter Lippold (2022) discutem o conceito de Colonialismo Digital, cunhado pela advogada de Julian Assange, a guatemalteca Renata Ávila Pinto, para mostrar quais são as novas possibilidades de dominação colonial na era digital. Trata-se de um novo que não rompe com o velho, apenas o atualiza. As chamadas *Big Techs* atualizam o imperialismo presente no neocolonialismo tardio, ao reduzir o sul global a mero território da mineração extrativista de dados informacionais. Outra tendência é a do colonialismo de dados – aquela que submete cada vez mais a vida humana, a criatividade, a cognição e os processos produtivos às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas do colonialismo digital. Não se trata de avanços das novas tecnologias, mas da manipulação internacional da cognição humana por grandes corporações empresariais, implicada na acumulação de capital. Nesse cenário, a velha racialização colonial que marca a atual reprodução social condiciona a emergência do chamado “racismo algorítmico”, um fenômeno que influencia a divisão social do trabalho e a capacidade de promoção de vida e de morte. Como afirma Byung-Chul Han (2018), em *Psicopolítica*, apesar do desempenho computacional ser surpreendente e permitir uma aceleração extraordinária do tempo de transporte de informações, o computador é burro, na medida em que lhe falta a capacidade de hesitar. Nesse sentido, ele apenas reproduz de forma automática e em escala global as determinações racistas que marcam nossos modos de satisfação.

Para a psicanálise, os lapsos, atos falhos e equívocos nos constituem como sujeitos do inconsciente. Freud (1930) situa, entre os primeiros atos de civilização, a utilização de instrumentos, a obtenção do controle sobre o fogo e a construção de habitações. Através de cada instrumento, o homem recria seus próprios órgãos, motores e sensoriais, e amplia seus horizontes. Aqui se evidencia a relação de dominação da natureza e do outro, a partir do uso fálico da linguagem, que busca ultrapassar os limites do corpo em sua dimensão de gozo ou de satisfação. Freud chega a comparar a tecnologia à magia, evocando a ideia de que o homem se tornou uma espécie de “Deus de prótese”, na busca por velar a castração. “Órgãos auxiliares” que não cresceram nele são capazes de potencializar e superar os limites dos sentidos. O telescópio lhe permite ampliar a visão, o trem encurtou distâncias geográficas, o telefone e a própria escrita o faz escutar a voz daqueles que estão ausentes ou distantes. Foi preciso criar o telefone para compensar o afastamento que a facilidade de locomoção ocasionou. Portanto, o custo de um avanço deve ser compensado por um novo avanço. Ao retomar Freud com o tema da tela da internet, Laurent (2022) sugere que esses objetos permitem o aumento da memória, da visão, da linguagem do ausente: “na internet é tudo isso ao mesmo tempo”. Ou seja, trata-se da linguagem do excesso-de-presença do Outro da civilização Una e digital.

A web se tornou a constituição de um novo tipo de mestre, já que carrega consigo um império que cria uma realidade um tanto delirante a ser consumida, marcada pela presença de corporações com tendências totalitárias de expansão. A Amazon, por exemplo, quer vender tudo; o Google é aquele que tudo sabe e tudo ordena; o Facebook, por meio do conglomerado de tecnologia recentemente nomeado como Meta, determina os modos de conexão e de regulação das relações sociais que passam por likes, compartilhamentos e produção de conteúdo. A Microsoft, com o ChatGPT, traz perplexidade e assombro ao utilizar inteligência artificial para mimetizar a própria criação artística, como a escrita e a composição

musical, provocando questionamentos sobre os limites daquilo que pode ser substituído pela reprodutibilidade técnica. É importante destacar, contudo, que, se o inconsciente é, por um lado, a determinação simbólica do desejo, cuja operação Lacan (1955) demonstrou que comporta uma lógica algorítmica, é também, por outro lado, o “não lembrado”, aquilo que não se sabe ao certo, que escapa às determinações, é o que se faz apresentar ali onde a representação não dá conta, escapando ao sentido. Se o inconsciente *ex-siste* como “um saber que não pensa, não calcula e não julga” (LACAN, 1973: 517), há espaço para escutá-lo na web? Na lógica do discurso do mestre, não resta dúvidas de que, para o trabalho de colonização e dominação, digamos com Lacan que o inconsciente “é o trabalhador ideal, aquele de quem Marx fez a nata da economia capitalista” (*idem*). Mas ele acrescenta que “há surpresas” nessas questões de discurso, propiciadas justamente pelo inconsciente. Isso significa que resta algum potencial de subversão?

Não cabe à psicanálise demonizar as redes ou criar fóbicos digitais, até porque, embora a apropriação das novas formas de comunicação por parte do discurso capitalista vise à maquinização do humano, a função do psicanalista, ao restituir o sujeito foracluído da ciência, que se radicaliza na era digital, serve como uma espécie de desintoxicação da adicção virtual. Se a internet tende a fazer Um, puro ruído, com uma avalanche de conteúdos e sentidos que levam os humanos a se assujeitarem e tornarem-se objeto e presa do consumo de sua própria intimidade, uma subversão discursiva precisa estar atenta àquilo que produz fenda, ruptura, brecha no enxame desenfreado. Para tanto, é preciso operar com o discurso psicanalítico também no universo online. Se, como afirma Fanon (1952), a colonização, mais do que um envenenamento político, é uma intoxicação psíquica, perguntamos: como podemos nos servir das redes para promover uma desintoxicação psíquica da internet ou uma decolonização digital?

Dois experiências do uso do novo paradigma comunicativo da internet ocorreram na eleição de governantes progressistas na Espanha e em Portugal no penúltimo pleito para a presidência da república. Segundo Sabariego (2017), a chamada “tecnopolítica” permitiu que movimentos populares dessem uma resposta à democracia portuguesa e espanhola, re-politizando a sociedade, tanto para uma nova geração quanto atuando intergeracionalmente. Uma pedagogia democrática inédita surgiu das redes, através do crescimento dos movimentos sociais, que lutam pela água, pela terra, lutas feministas e ecológicas, produzindo atos políticos construídos quase que secretamente por milhares de pessoas. Coletivos plurais de organização horizontal foram criados em função do interesse comum. A primavera árabe, o *Occupy* e grandes manifestações feministas na América latina apontam para pautas relacionadas à sexualidade e às liberdades individuais. Tais usos tecnopolíticos das redes desafiam a ordem dominante e estabelecem uma nova lógica ou um novo uso da comunicação com as massas. Esses fenômenos parecem se aproximar da definição de grupos efêmeros que Freud (1921) destaca, para distingui-los de grupos artificiais, altamente organizados e que funcionam em uma estrutura vertical de poder centralizado no líder. Ainda seria preciso, segundo Sousa Santos (2017), superar a infoexclusão, mas as lutas por direitos humanos têm sido realizadas através de organizações pela internet, criando novos processos políticos de participação.

Construção de coletivos decoloniais ou contracoloniais

Como pesquisadores e psicanalistas participantes de organizações coletivas que acolhem questões que surgem em movimentos sociais, parece-nos importante investir em estratégias de decolonização. As lideranças populares relatam o quanto a disseminação de ideologias conservadoras, religiosas e políticas, opera de forma a dificultar a mobilização para o enfrentamento das violências. Se considerarmos o movimento negro ou o feminismo negro, teremos exemplos de grupos altamente organizados e de movimentos mais pontuais que, em diferentes momentos e contextos, vem contribuindo para subverter as estruturas de dominação e para oferecer um contraponto de formação política de base. Instituições como o Geledés, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Coalizão Negra por Direitos, Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil (OAB), são exemplos de organizações que, embora institucionalizadas, mantêm a política de enfrentamento da dominação racista em diferentes âmbitos.

A extraordinária experiência do Quilombo dos Palmares é estudada por historiadores da negritude (MOURA, 1986; NASCIMENTO, 1985; GOMES, 1956) justamente como um símbolo de resistência coletiva de forma altamente organizada que, embora se distinga dos grupos efêmeros, tampouco se parecia com as organizações verticalizadas por líderes. Essa organização foi capaz de manter um enfrentamento da perseguição escravista por longos períodos ao longo da história colonial e inspira movimentos atuais de resistência coletiva.

Jorge Alemán (2012), ao analisar o conceito de Comum, propõe debater as novas formas de coletivo, através da proposta dos pós-marxistas articuladas à psicanálise. O Comum, segundo o autor, pressupõe um lugar vazio, desde o qual pode engendrar-se, de modo contingente e retroativo, uma invenção como ato político aberto à dimensão da enunciação. O autor relaciona essa lógica do coletivo com a proposta de Lacan para que as Escolas de psicanálise acolhessem experiências de subversão dos lugares de poder. Enquanto a International Psychoanalytical Association (IPA) estaria estruturada pela lógica da identificação, uma Escola na contra-corrente da lógica do grupo identitário seria inconsistente, não-toda. Um vazio de saber no centro deslocaria ideologicamente a fixidez de determinada mestria centralizadora: “Toda invenção que se preze por esse nome surge desse hiato constitutivo” (ALEMÁN, 2012: 33). Para o autor, os movimentos sociais da América Latina são coletivos em movimento, cuja causa aponta para um tornar-se. São conjuntos abertos e indecíveis no plano das identificações, o que representa a lógica interna de uma transformação política.

O caráter identitário da IPA não parece ter sido o elemento determinante que a teria distanciado de um caráter aberto e pluralista, já que ela surge justamente como forma de lidar com impasses na identificação do que seria ou não psicanálise. A demarcação de fronteiras não é o grande problema. A mestria centralizadora ou a tentativa de suprimir qualquer movimento interno de criação, ruptura e invenção faz com que a instituição se torne cada vez mais rígida e avessa à pluralidade. É quando a identidade opera o apagamento da pluralidade, com a missão de fazer Um, em detrimento do múltiplo, que ela assume um aspecto monoteísta e colonizador. Fazer essa demarcação pode nos ajudar a compreender os movimentos que se valem da afirmação de uma divergência como uma forma subversiva de enunciar uma identidade não-toda. Trata-se de um uso do significante para dizer não ao imperialismo do Todo, com a afirmação de uns entre outros.

Isso não quer dizer que os movimentos sociais estejam livres de serem atravessados por posições colonialistas ou totalitárias, mas que há algumas aberturas para o não-todo quando se opera uma descentralização de saber e movimentos de resistência às capturas subjetivas.

O Estado de bem-estar social vem sendo substituído por uma ilusão promovida pelo mercado, através da mídia hegemônica, que opera novos imperialismos no contexto da globalização. Ao destituir políticas de comunidade, disseminam a ilusão da possibilidade de se adquirir, por meios individuais, a partilha dos privilégios econômicos da elite global. Nos servimos da tese de Milton Santos (2008) sobre uma outra globalização, a ser construída pela tomada das novas tecnologias por parte de sujeitos segregados do consumo de bens e do mercado de trabalho, que habitam territórios periféricos, para permitir a possibilidade de emancipação subjetiva da opressão. O autor quilombola Antônio Bispo dos Santos (2019) defende o uso do termo *contracolonização*, como forma de destacar os processos de enfrentamentos e confrontos diretos. Assim como a identidade, a tecnologia também se coloca como uma arma que opera modos de colonização subjetiva com o intuito de suprimir movimentações políticas de oposição ao neoliberalismo. Apropriar-se dessas armas pode ser um modo de destituir subjetivamente as ideologias colonizadoras (*decolonização*) e de contra-atacar e corroer por dentro os mecanismos de dominação (*contracolonização*)⁵. Assim como os coletivos podem operar um uso subversivo das identificações para opor-se ao colonialismo identitário da branquitude, também sustentamos uma possibilidade de utilização política transgressora das tecnologias digitais. Seria, parafraseando bell hooks (2017), a utilização da comunicação popular digital “como prática de liberdade”.

É bem significativo citar bell hooks, pois ela demonstra que a universalização da educação implicou a generalização de um “sistema de educação bancária”, que incidia sobre ela e sobre estudantes negros como uma demanda de conformidade: “Qualquer falta de conformidade de nossa parte era vista com suspeita” (2017: 14). Sua vontade de tornar-se uma pensadora crítica era vista como uma “ameaça à autoridade”. Tanto sua experiência anterior em “escolas segregadas” – nas quais as professoras negras sustentavam uma “pedagogia revolucionária de resistência” ao fazerem de tudo para que as crianças realizassem seus destinos intelectuais a despeito do racismo – quanto seu encontro com a noção de pedagogia crítica de Paulo Freire lhe mostraram que “o aprendizado poderia ser libertador” (2017: 15). Se todo um sistema educacional construído para a disciplina dos corpos e para a reprodução das lógicas de dominação pode ser utilizado de forma subversiva, com muito esforço político, a comunicação popular também pode fazer esse papel revolucionário que bell hooks e Paulo Freire entreviram para a educação.

O Portal Favelas pode ser considerado um modo de fazer valer o projeto de Milton Santos (2008), que propõe uma transformação nos modos globais de gestão e agenciamento do capitalismo, através de uma mudança na apropriação das novas tecnologias de mídia pelas populações periféricas, de maneira a modificar o cenário global de desigualdades econômicas e sociais. Trata-se de trabalhar em prol de uma integração cultural entre os povos subalternizados do mundo. Dessa forma, os saberes não oficiais, muitas vezes transmitidos pela oralidade, poderiam chegar a cada uma das demais regiões pobres, de modo a alterar o jogo de

⁵ A escolha por manter as duas conceituações indica a necessidade de destituições subjetivas e de ações diretas de enfrentamento. Santos (2019) destaca o movimento *contracolonial* quando afirma que a universidade, embora seja uma “chocadeira de ovos coloniais”, pode abrigar produções de resistência. A mídia, embora seja uma poderosa arma do poder colonialista, pode também “chocar ovos contra-coloniais”.

forças do capitalismo e incidir sobre sua lógica racista. Enquanto o capitalismo neoliberal opera a apropriação do saber do trabalhador para intensificar a livre circulação de mercadorias, a tecnologia permitiria uma reapropriação desse saber para uma transmissão capaz de subverter as fronteiras. Nesse sentido, Achille Mbembe (2019) afirma o afropolitismo como movimento artístico e multicultural presente na diáspora africana, com tamanha força literária, cultural e de transmissão ancestral que resgata o sujeito eliminado pela colonização. Por seu potencial sublimatório é capaz de produzir decolonização: “esse ato literário se não serve como ato psicanalítico puro e simples, se presta ao menos como sistema de simbolização, cuja primeira intenção é a cura” (MBEMBE, 2019: 81).

Se a tecnologia digital tem se colocado como uma arma de destruição em massa da população negra, como um novo impulso para a generalização do brutalismo, ela também pode ser utilizada para transmitir uma contraofensiva de resistência, uma subversão neo-abolicionista dos corpos e das subjetividades. Aimé Césaire (1987) denominou essa operação contínua e histórica de resistência com a palavra negritude, por ele situada não apenas como uma posição defensiva diante do sofrimento: “Ela é um despertar; despertar de dignidade. Ela é uma rejeição; rejeição da opressão. Ela é uma luta, isto é, luta contra a desigualdade. Ela é também revolta” (*idem*: 109). É nesse sentido que Munanga (2020) propõe que a negritude não tem a ver essencialmente com a cor mais escura da pele, mas sim com histórias comuns ligadas às tentativas mais atroz de desumanização e destruição. “A negritude fornece nesses tempos de globalização um dos melhores antídotos contra duas maneiras de se perder: por segregação cercada pelo particular e por diluição no universal” (MUNANGA, 2020: 20).

Testemunho, escrevivência e conversação: trançar uma metodologia psicanalítica

O testemunho enquanto figura jurídica instala uma outra temporalidade frente a um acontecimento. Ele supõe um jogo de ouvir e falar que afeta a ambos: quem testemunha a história e quem a escuta. É preciso que toda a sociedade se implique num processo de reparação relativo aos horrores provocados pela colonização, que são reiterados nos vários períodos totalitários e de regime militar na história do Brasil. Lacan (1997) assinala algo fundamental quando lê Antígona, uma tragédia grega de Sófocles, a partir do testemunho heroico da personagem. Frente à lei absurda da cidade, editada por Creonte proibindo o enterro de Polínicos, irmão de Antígona – ou seja impedindo que o morto pudesse ter registrada socialmente sua memória – a heroína se sacrifica em um destino trágico. Lacan afirma que as coisas poderiam ter tido outro desfecho se o corpo social tivesse aceitado conceder as honras funerárias. “É na medida em que a comunidade se recusa a isso que Antígona deve fazer o sacrifício” (LACAN, 1997: 342). É a partir de um ponto inaudito no corpo social, que se pode passar a um ato testemunhal, que forja outro lugar para aquilo que historicamente os homens visam silenciar. Esse ponto de horror em relação às excrescências legitimadas pelas injunções do Outro social pode ser articulado com a noção mais radical de inconsciente em Freud ou com o real como figura do impossível em Lacan. Trata-se daquilo que é impossível de se escrever, mas que não deixa de emergir como um dizer nas fissuras da linguagem.

Quando o Estado mata, não se tem a quem recorrer e o assassinato passa a ser autorizado simbolicamente, chancelado pelo Outro, legitimado pelo pacto so-

cial. Diferentemente de outras violências, a violência do Estado toma determinado corpo como um corpo matável. Há um processo de desumanização que resta após a morte, um processo que tende ao apagamento dos acontecimentos, da memória social, com um consentimento público que normaliza a barbárie.

Os testemunhos dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas com a chamada literatura de testemunho inspiraram a invenção dos testemunhos de passe na Escola de Lacan, que modificaram a transmissão da clínica, antes centrada no relato do caso clínico em terceira pessoa (pelo analista). Lutterbach Holck (2008: 105) afirma que “o verdadeiro testemunho vale essencialmente por aquilo que lhe falta”, pois porta em seu coração um “intestemunhável”. O caráter intestemunhável é elevado à sua potência maior e as barreiras interpostas para a sua abordagem são constantemente renovadas no laço social. No caso da experiência de análise, trata-se de transmitir algo do impossível de uma experiência atravessada de ponta a ponta. O relato do caso passou a ser protagonizado, com o passe, pelo próprio analisante, convidado a vir a público narrar a travessia de sua análise, promovendo uma transmissão da passagem de psicanalista à psicanalista. Para que o testemunho engendre efetivamente uma causa que introduza a dimensão de um ensino acerca de sua experiência, não basta falar somente em análise, é preciso que seu testemunho ganhe o espaço público e transforme o Outro social.

Tanto no sentido mais político quanto no sentido clínico, o testemunho se aproxima de uma das propostas das escrevivências, de resgatar vozes e memórias silenciadas, abrindo, pela escrita, fissuras para que a negritude possa falar e não permanecer como objeto do saber do Outro. As escrevivências podem trazer um avanço político crucial ao acrescentar à noção de testemunho uma enunciação direta e decidida contra as opressões raciais e coloniais a partir das próprias vozes negras. “Não aceitamos mais o modo como a imprensa, as instituições, o Estado, os representantes da branquitude falam de nós. Não queremos ser falados, mas sim contar nossa própria história!”. Essa é a enunciação que funda o Portal Favelas.

A narrativa da mídia sobre o que acontece com a população não tem compromisso com a proteção social e a preservação da vida na comunidade, pelo contrário, manipula a interpretação dos acontecimentos e a reação que se tem deles para justificar o emprego de incursões violentas. A ideia de integrar um conjunto de mídias, rádios e TVs comunitárias cariocas surge de algumas lideranças das favelas: Rumba, do Jacarezinho; Lourenço Cesar, da Maré; Patricia Felix, da Vila Vintém; Rute Sales, do Borel; Nivia Raposo, da baixada; Álvaro Maciel, da Babilônia; Mauricio Soca, da Rocinha; além de organizações ligadas aos direitos humanos, pesquisadores e psicanalistas. A proposta busca concretizar, em um nível local, os princípios da “Outra globalização”, de Milton Santos. Efetivar o exercício de apropriação das novas tecnologias de comunicação para que as vozes das famílias atingidas pelas violências nas favelas se encontrassem e pudessem ressoar pelo Brasil e até pelo mundo, transformando a lógica perversa da globalização econômica e do falseamento da verdade promovido pelo monopólio da imprensa internacional.

Evocando Althusser, podemos dizer que a mídia, incluindo a internet, é um aparelho ideológico do Estado que, juntamente com sua máquina repressiva, sustenta uma maioria absolutamente inerte ou mesmo aderida ao discurso necropolítico. Penetrando ainda mais no contexto de nossas favelas, podemos dizer que é um aparelho ideológico subtraído do Estado. Embora a violência se torne estatal, por ser assumida explicitamente por políticas sucessivas de governo, ela também

se torna uma violência paraestatal ou miliciana, quando ignora as limitações impostas pelo judiciário e realiza ilegalmente operações que resultam em repetidas chacinas. Também se mostra uma necromilícia (BISPO, 2022) quando apaga dos registros públicos o acesso a uma explicitação das ocorrências em torno das mortes, seja alterando as cenas dos crimes, forjando provas, relatando falsos confrontos e autos de resistências fictícios e cometendo inúmeras fraudes processuais. Trata-se daquilo que Jessé de Souza (2017) chamou de uma privatização do Estado pelas elites do atraso.

Uma demanda se destaca entre as lideranças populares: o pedido de serem escutados, mas não com palavras que fossem levadas com o vento, mas um desejo de registro. Registrar a violência de Estado, para não mais se repetir! Escrever de forma a tocar as pessoas, simbolizar as violações e o puro horror. Através de uma parceria com a Ocupação Psicanalítica, desenvolvemos uma metodologia de pesquisa em psicanálise que alia dois dispositivos: as escrevivências e a conversação psicanalítica. Em alguns encontros de conversações, as lideranças do Portal Favelas foram convidadas a falar sobre o que vivem em termos dos horrores e sequelas dos ataques impetrados pelo Estado e também das soluções construídas pela militância da favela. Descreveremos brevemente ambas as metodologias para, em seguida, apresentar os resultados e efeitos produzidos por esse método criado entre Portal Favelas e Ocupação Psicanalítica.

Importante situar a prática da conversação como um dispositivo metodológico de operar com o discurso analítico que abre um campo de investigação, inicialmente a partir da prática com crianças e adolescentes em escolas através do CIEN (Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância). A ideia surge com o intuito de subverter a prática corrente nos discursos sobre a criança, que a encerram como objeto de saberes psicológicos, médicos ou jurídicos patologizantes (LACADÉE, 2000), convidando-as a assumirem uma enunciação própria em uma espécie de associação livre coletivizada. A prática de conversação possibilita que cada sujeito se depare com identificações que o colocam à mercê do Outro e passe por um processo de deslocamento desse lugar através daquele que recolhe os efeitos da palavra. Lacadée (2000) destaca o aspecto político da conversação, pois o dispositivo pode fazer operar “uma prática inédita da palavra”, capaz de provocar subversões, ainda que modestas, no laço social. A presença de um psicanalista não visa a construção de um saber interpretativo, mas permitir a função de acolher os endereçamentos e relançar a palavra de modo que seus efeitos não passem despercebidos. Como alguém que se situa ao mesmo tempo dentro e fora do coletivo, o psicanalista assinala os enigmas e impasses que se extrai do encontro coletivo, para que estes permitam a emergência de surpresas e rupturas.

Não é difícil visualizar o quanto o convite à elaboração subjetiva no encontro com o coletivo pode ser potente e subversivo. Mas no encontro com as lideranças, retorna sempre o desejo de registrar não apenas as ideias, mas as próprias vivências propiciadas pelo compartilhamento das dores e resgate das memórias em nossos encontros. É nesse ponto que as escrevivências puderam ser tomadas como uma forma de conectar a experiência da oralidade com o registro da escrita.

A escrevivência é uma metodologia inspirada no gênero literário forjado pela escritora brasileira Conceição Evaristo (2020), que vem sendo desenvolvida no campo da Educação, da literatura, da sociologia, da antropologia e outros. Ela se fundamenta no desejo de que as vozes historicamente silenciadas de mulheres negras venham a romper com o apagamento e assumir um lugar político através da escrita. Também parte do pressuposto de que a escrita singular não se prende

em si mesma de forma narcísica, mas recolhe as experiências ancestrais e do território, o que implica uma posição de escuta aberta às experiências do cotidiano, sobretudo àquelas que costumam ser invisibilizadas. Quando elevada a um estatuto metodológico em diálogo com a psicanálise, permite a entrada de um parceiro co-autor, que pode também emprestar o ouvido para que aquilo que foi compartilhado na fala não se perca no vazio, mas possa impactar as vivências da comunidade, ao serem partilhadas na experiência da escrita.

Através do Portal Favelas, a escrita das vivências e histórias comunitárias, atravessadas pelo racismo e pela violência de Estado vinha se realizando de forma espontânea. A própria construção do projeto em 2018 se deu por um desejo de registro por parte das lideranças negras periféricas. O encontro com os estudos sobre escrevivências, que já vinham sendo realizados no coletivo Ocupação Psicanalítica, trouxeram uma consistente orientação metodológica, que confluía com a necessidade de subversão que as mídias populares apontavam. Tem se tornado, pois, uma via bastante promissora a articulação entre a conversação, como um convite para a tomada coletiva da palavra, e as escrevivências, como uma orientação política para a escrita que não se fecha na escrita literária. O registro não se dá necessariamente por uma escrita com papel e caneta ou digitalizada, mas por uma multiplicidade de meios que dialogam com os formatos e as linguagens possíveis nas mídias populares: uma poesia, um conto, um samba, um podcast, uma matéria de jornal, uma live e até mesmo a pichação de um muro pode ser uma alternativa para uma escrita insurgente. Esses outros modos de inscrição que atingem o plano social e público não deixam de ser formas de escrita que preservam inclusive a potência da oralidade e o endereçamento à comunidade. Temos presenciado, por exemplo, intervenções artísticas que registram a violência de estado e permitem uma partilha, uma forma de testemunhar um ponto impossível de se dizer. Essas intervenções escrevíveis, sem suturar o caráter indizível das dores, operam uma transmissão que afeta o Outro para despertá-lo de seu sono injusto. Com as mídias sociais criadas pelos próprios ativistas das favelas, temos como aposta que o produto das escrevivências pode mobilizar aqueles que se colocam inertes frente à tragédia racial que nos assola.

O que foi revelado no trabalho da conversação com as lideranças populares do Portal Favelas, através do encontro com psicanalistas implicados com a luta antirracista, foi que a denúncia dos fatos jornalísticos não bastava. Os comunicadores populares puderam falar sobre o que era a potência de sua transmissão. Era importante recolocar o próprio modo de dizer. Era preciso que fosse com a linguagem da favela, escrita e enunciada por suas próprias crias, com sua diversidade de estilos, que mistura o nordeste com o sudeste, a cultura afro-brasileira e ameríndia. Era preciso acentuar o protagonismo e a ênfase para se falar em primeira pessoa. Também era fundamental o fomento de espaços onde a palavra pudesse circular coletivamente e que seu registro fosse trançado, permeado por encontros de múltiplas vozes. A inspiração para esses espaços adveio das múltiplas experiências de negritude e ancestralidade, das quais destacamos duas: primeiramente, a imagem evocada por uma das militantes que participaram das conversações, Rute Sales do Borel:

Minha mãe foi uma mulher muito resistente e usava a cultura e o teatro para não só formar e conscientizar, mas colocar para fora o que precisava, o que sentia, e o que queria... Minha mãe colocou os 13 filhos na frente do trator pra impedir de derrubarem nossa casa. Mas também na frente do palco! (SALLES *et al.*, 2023)

Rute mostra como o ato de sua mãe de impedir o Estado de demolir sua casa, colocando seus filhos deitados na frente, era da mesma ordem do trabalho de teatro de favela que a família realizava: os 13 filhos atuavam nas peças escritas pela mãe, que com sua visão progressista politizava a favela na época das diretas já.

Como fazer para que essa experiência de resistência se transmita e ajude as novas gerações de jovens da favela a resgatar essa dimensão subversiva da negritude?

O convite para a escrevivência, após o ciclo de encontros de conversação, veio justamente com a proposta de que o relato do vivido viesse a ser não somente a exposição do excesso da violência, mas também seus contornos, contextos e enfrentamentos. Também a história dos aprendizados extraídos dos testemunhos e das estratégias de resistência coletiva. Desde o relato das atrocidades e violações policiais, passando pela negligência e desinvestimento do poder público, até a resistência ao escravismo moderno, convocando o leitor a se sensibilizar e a sair de sua neutralidade mortífera.

Em seu livro *Becos da memória*, Conceição Evaristo (2017) revela o modo de construção de sua escrita, que consiste num “experimento em construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou, melhor dizendo, escrita e vivência. Talvez uma escrita de Becos, mesmo que de modo quase que inconsciente, eu já buscasse construir uma forma de escrevivência” (EVARISTO, 2017: 13). Evaristo busca inspiração na ambiência de uma favela para escrever esse livro. Ela pode ser lida como “ficções da memória”, embora parta de histórias reais que muitas vezes lhe foram contadas ou que ela mesma viveu. No entanto, como “a memória esquece” (2017: 15), ocorre como necessidade, segundo a autora, a invenção. Portanto, a invenção se dá precisamente no ponto onde há esquecimento. Ao invés do destino pulsional neurótico que recorre ao sintoma como retorno do recalado, parece que na trilha dos escritores criativos, Evaristo nos ensina de que modo opera com a sublimação diante das falhas de memória ali onde um passado doloroso e escravista marcou nossa cultura e cada um dos habitantes das favelas, periferias e becos brasileiros. Ela descreve o fenômeno assim: “entre o acontecimento e o fato narrado há espaço em profundidade e ali explode a invenção” (EVARISTO, 2017: 15). Na base da narrativa, em seu fundamento, há vivência, de si e de outros que ouviu e conviveu. Por isso ela busca a primeira narração, a que veio antes da escrita e, de acordo com a autora, ela busca a voz, a fala de quem conta que se mistura com a dela. A entonação da voz da mãe, que ecoa em frases de sua memória e a joga no passado, também a leva ao exercício da escrita, donde se pergunta como lidar com uma memória ora viva ora esfacelada. A autora deixa espaço para que outros agarrem a sua trilha e façam, a seu modo, um caminho de produção de escrevivências: a favela contida em “Becos da memória” já acabou, diz ela, e “hoje as favelas produzem outras ficções” (EVARISTO, 2017).

Conclusões

Essa confluência de metodologias tem enriquecido o dispositivo de insurgência social constituído pelo Portal Favelas, permitindo o compartilhamento de uma escrita digna de um registro das práticas de aquilombamento utilizadas pelos movimentos sociais, que passaram a experimentar um atravessamento do inconsciente. Para além da conscientização, a escrita é ela mesma atravessada pela insurgência de memórias, histórias e vivências que poderiam ter ficado guardadas se esses encontros não fossem lá remexer os baús. Os afetos transbordaram e o recorte que se realizou com a presença dos psicanalistas, com um jeito próprio

de escandir o que permanece insistente no dizer, com novas consequências, nos pareceu uma via possível para uma escuta mais aberta das experiências periféricas. Algo de absolutamente singular para cada um ia também encontrando seu ponto de enlace, a ponto de notarmos que as lideranças comunitárias, apesar de muitas vezes se sentirem isoladas na luta, encontram na coincidência de uma causa comum, um motivo para fazer avançar os achados da negritude. Impossível não lembrar da referência de Lélia Gonzales ao pretuguês, *lalíngua* que resiste aos permanentes ataques da elite hegemônica no avanço da necropolítica. A *monolíngua* do colonizador aqui sofre um impacto contra-colonial. O uso da conversação como modo de entremear as várias línguas que falam de iorubá ao teatro preto periférico, passando pelo samba e pelo desabafo cheio de horror, pelo cansaço, mas também pelo humor, introduz um modo de dizer que toca àqueles que estavam outrora paralisados ou indiferentes ao que ocorria a sua volta. As escrivências compartilhadas se fazem como um produto cultural e político atravessado pela dimensão equívoca da linguagem.

Se o colonialismo digital nada mais é que o velho modo colonial de opressão, desigualdade e desumanidade, sob as bases de uma tecnociência que tornou ainda mais higiênico o modo de eliminação dos corpos e dos sujeitos, sem deixar rastros, cabe-nos ouvir a brecha que a comunicação digital tem realizado em resposta ao sistema escravista que o Portal Favelas visa enfrentar. O caminho das conversações contou com encontros que levaram a uma produção escrita interessante. Ele se tornou escrita em primeira pessoa, publicada no Portal, mas não somente. Do exercício de elaboração subjetiva aberto pela escrivência, poderíamos passar para o exercício de transmissão de testemunhos de vida, amplificados e potencializados pela rede constituída com as mídias populares. A escrita, a fala, o canto e a dança endereçada ao grande público podem agora ser lidos, vistos e escutados dentro e fora da favela. Com o Portal, cada um pode testemunhar o que de fato acontece em sua favela, trocar experiências das estratégias de defesa e promover uma interação em rede. A articulação com o campo jurídico, com a justiça de transição e seus processos de reparação, além das consequências políticas promovidas pela publicização dos testemunhos, são fundamentais como efeitos dessa metodologia. Ao buscar nas escrivências um método de pesquisa e intervenção para uma psicanálise antirracista, ousamos alargar esse dispositivo para trabalhar com as invenções coletivas periféricas que ganham a forma de registro em múltiplas mídias, que espalham e ecoam essas escritas na cidade.

*Recebido em 29 de maio de 2023.
Aceito em 1 de agosto de 2023.*

Referências

- ALEMÁN, J. “Soledad: Común”. In: ALEMÁN, J. *Políticas em Lacan*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.
- BISPO, F. S. Necromilícia: políticas de morte no contexto brasileiro. *Revista Cult*, 288, 2022.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. ““Prólogo” Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- EVARISTO, Conceição. “A escrevivência e seus subtextos”. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. pp. 26-46.
- FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020 (1952).
- FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. *Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Raízes da América, 2022.
- FREUD, S. “O mal-estar na civilização”. In: FREUD, S. *O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Tradução de J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1930). pp. 65-148.
- FREUD, S. “Psicologia das Massas e Análise do Eu”. In: FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1921).
- GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.
- HOLCK, A. L. L. *Patu a mulher abismada*. Rio de Janeiro: Subversos, 2008.
- LACADÉE, P. ; MONIER, F. (Org.). *Le pari de la conversation*. Institut du Champs Freudien: CIEN Centre interdisciplinaire su l'Enfant. Paris, 2000.
- LACAN, J. *O seminário - livro 20. Mais, ainda (1972-73)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, J. *O Seminário, livro VII: A ética da psicanálise (1959-60)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LACAN, J. “O seminário sobre ‘A carta roubada’”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 (1955). pp. 13-66.

- LACAN, J. “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista na Escola”. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003 (1967). pp. 248-264.
- LACAN, J. “Televisão”. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 (1973). pp. 508-543.
- LAURENT, E. Gozar da internet. *Derivas analíticas - Revista digital de psicanálise e cultura da Escola Brasileira de Psicanálise*, 18, 2022.
- MBEMBE, A. *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis: Vozes, 2019. (Coleção África e os africanos)
- MBEMBE, A. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 (1987).
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021 (1985).
- SABARIEGO, J. “Tecnopolítica e movimentos sociais globais recentes: questões preliminares para um estudo de caso espanhol e português”. In: SANTOS, B. S.; MENDES, J. *Demodiversidade: Imaginar Novas Possibilidades Democráticas (Epistemologias do Sul)*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SANTOS, B. S.; MENDES, J. “Introdução”. In: SANTOS, B. S.; MENDES, J. *Demodiversidade: Imaginar Novas Possibilidades Democráticas (Epistemologias do Sul)*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- SOUZA, J. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Editora Leya, 2017.
- RIBEIRO, Cristiane da Silva. *Tornar-se negro, devir sujeito*. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022.
- RIBEIRO, C. S.; MOLLICA, M.; CELEN, T. “Outros modos de conhecimento: a escrevivência e o testemunho”. In: BISPO, F. S.; GUERRA, A. M. C. *Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial*. São Paulo: n-1 Edições, 2023. pp. 207-221.
- SALLES, R.; BISPO, F.; CÉSAR, L.; MOLLICA, M.; RAPOSO, N.; FELIX, P.; GABRIEL, R. *Escrevivências Aquilombadas no Portal Favelas*. Portal Favelas, 2023.
- SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Ayô, 2019.

VOLUME 11
NÚMERO 26
(MAIO/AGO.2024)

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÊ TEMÁTICO:

IDENTIDADES, DIFERENÇAS E VIOLÊNCIA NA CULTURA UNIVERSITÁRIA

COORDENADORES:

CATARINA DALLAPICULA (UEMG)

JUSSARA CARNEIRO COSTA (UEPB)

Verifica-se nas últimas duas décadas a crescente ocupação de espaço em diferentes universidades por iniciativas voltadas à problematização de violências motivadas por discriminações associadas a marcadores sociais de gênero, raça e sexualidade, dentre outros. Não obstante, diferentes universidades têm se tornado foco de notícias em casos de assédio sexual, assédio moral, perseguição política, racismo institucionalizado (ou não), capacitismos e violências de gênero manifestas das mais diversas formas, indicando que o espaço ocupado pelas discussões dos fenômenos nem sempre incide na transformação efetiva da cultura universitária. Na experiência brasileira, sua persistência coexiste com o adensamento da segregação interna orientada por dinâmicas de gênero, como vem apontando os indicadores reunidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Simultaneamente, persistem os entraves associados à permanência de pessoas que adentram o espaço universitário através das políticas criadas para combater as dificuldades de acesso associadas a gênero, raça, sexualidade e outros marcadores da diferença. Raramente discutidas no interior das universidades, frequentemente as experiências ganham notoriedade em espaços que lhes são exógenos. Na grande mídia ou nas redes sociais, são apresentadas como casos isolados em narrativas alheias às relações sociais da ciência e tecnologia que atuam na tessitura dos quadros e cenários em que se encontram inscritos os corpos marcados pela diferença. Muitas vezes são utilizadas para corroborar argumentos favoráveis à diminuição do investimento público e à gradativa privatização dos serviços oferecidos pela universidade pública. Compreendendo que a ausência de discussão e tratamento do fenômeno, em espaços endógenos à universidade, contribui para o enfraquecimento da sua legitimidade social e, concomitantemente, contribui para adensar as ameaças a sua sobrevivência como ente público, o presente dossiê se propõe a contribuir para a problematização dessas relações. Vislumbrando abordagens que contemplem desde a dimensão epistêmica dos arcabouços pedagógicos à apresentação de estudos de caso sobre experiências acumuladas, os artigos poderão resultar de reflexão ensaística ou de pesquisas desenvolvidas nessa direção.

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
28 DE FEVEREIRO
DE 2024

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso

26